

OS DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA¹

GOMES, Elenice²; SILVEIRA, Paulo Roberto³

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo estudar a temática da agricultura sustentável nos assentamentos de reforma agrária, conhecendo como esta é abordada na proposta de reforma agrária do MST e como se efetiva na realidade concreta dos assentamentos. No sentido da construção de uma lógica que não exclua novamente os trabalhadores, mas que proporcione qualidade de vida. Propõe-se verificar no contexto do assentamento Alvorada/RS, os fatores que influenciam, impulsionando ou dificultando a construção da agricultura sustentável. Utilizou-se da estratégia de triangulação de dados, baseada nas propostas do MST, na realização de entrevistas com informantes qualificados e os sistemas de produção do assentamento Alvorada. Observou-se diversos condicionantes que limitam e influenciam as condições dos agricultores para a efetivação do modelo proposto. Entre esses fatores estão as diferenças culturais, a dificuldade de crédito e a escassa assistência técnica. Considera-se relevante destacar que a transição é lenta e complexa, pois há um modelo de agricultura que vem se consolidando há décadas. É fundamental a conscientização dos agricultores, a evolução a partir das análises de experiências na ecologização dos processos produtivos e sua relação com a reconversão dos sistemas tradicionais de produção, característicos de cada região ou referendados pela expectativa dos assentados ou agentes de desenvolvimento.

Palavras-chave: Agricultura sustentável, assentamento, reforma agrária.

¹ Parte do trabalho da dissertação de Mestrado em Extensão Rural PPGER/UFSM.

² Mestranda em Extensão Rural/PPGER/UFSM. Rua Cândido Portinari, 22 – CX. P. 5081 – Camobi – Santa Maria/RS. Fone: (0xx55)99556187. E-mail: a2060050@alunop.ufsm.br

³ Prof. Assist. do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/ UFSM.

THE CHALLENGES TO THE IMPLANTATION AND CONSOLIDATION OF A SUSTAINABLE AGRICULTURE IN THE LAND REFORM SETTLEMENTS

Abstract

The aim of this paper is to study the thematic related to the sustainable agriculture in the land reform's settlements. In this sense, it is known how this agrarian reform is approached within MST land reform proposal, as well as how this becomes effective in the concrete reality of the settlements. This research was developed based on the construction of a logic, which can not exclude the rural workers, otherwise it provides life's quality to them. It follows that it was proposed to check up, in the context of Alvorada/RS settlements, the reasons which influenced the development of the sustainable agriculture. It is relevant to mention that these reasons can propel or even to make this kind of agriculture difficult. The strategies used to achieve this research were the data triangulation, which was based on MST proposals, on the interviews developed with qualified informants, as well as on the production's systems in the Alvorada's settlement. Moreover, it was observed several conditions, which can limit and influence the agriculturist's conditions to the realization of the model proposed. Regarding the factor which can influence sustainable agriculture, it can be found the cultural differences, the difficulties with credit and the lack of technique assistance. In this respect, it is relevant to highlight that the transition process is a complex and slowly one, due to the existence of an specific agricultural model, which has been consolidating for decades. Having said this, it is fundamental the agriculturist awareness about the evolution of productive processes through the analysis of experiences in the ecology and its relationship with the reconversion of the traditional production systems. Furthermore, it is important to consider the relationship between the productive processes and the changes in the traditional production systems, which are specific of each region or they are featured by the life's expectation by the people who live in the settlements or by the agents of the development.

Key words: sustainable agriculture, settlements, land reform.

1. INTRODUÇÃO

Mais intensamente a partir da década de 80, voltaram-se as atenções aos efeitos da ação do homem sobre o meio ambiente. Essa preocupação também foi sentida na agricultura, no que diz respeito ao consumo de alimentos saudáveis, a saúde dos agricultores que entram em contato direto com os agrotóxicos e, igualmente, com as conseqüências que esses vem causando a natureza, contribuindo para a degradação do solo e a contaminação das águas. Cada vez mais, e em maiores quantidades, o agricultor vê-se obrigado a utilizar insumos externos, tornando-se cada vez mais dependente desses.

Fatores esses sentidos, principalmente, pelos pequenos agricultores familiares, onde a perda da fertilidade do solo e o alto custo da produção, entre outros, tem levado muitos agricultores a abandonarem a atividade. Neste sentido, vem se incentivando uma mudança no modelo de agricultura: A construção de uma nova forma, alternativa ao modelo químico-mecânico, dominante desde os anos 60.

Observando-se o modelo excludente em que estão inseridos ainda muitos agricultores e as novas tendências em discussão no que se refere a sustentabilidade, surge o questionamento que leva a problemática deste trabalho. Por que esse modelo de agricultura que exclui, ainda continua sendo desenvolvido em muitos dos assentamentos de reforma agrária? Surge assim a proposta desta pesquisa que propõe-se a diagnosticar as relações entre a proposta de reforma agrária do MST e a forma como esta se materializa nas práticas dos agricultores, bem como a dinâmica e condicionantes que influenciam positiva ou negativamente na construção da agricultura sustentável. Através do conhecimento das propostas do MST, da organização da produção no assentamento; da atuação dos agentes de desenvolvimento com os assentados.

Considera-se a Prática no sentido Bourdiano, uma relação dialética entre o “Habitus” do agricultor (Predisposições historicamente instituídas em sua trajetória social) e a Situação vivenciada (contexto do assentamento, materializado na organização do sistema de produção e vivência).

Tendo o MST uma proposta diferenciada, vê-se a necessidade de contribuir, no sentido de identificar quais os principais pontos de entraves que dificultam o desenvolvimento de práticas que vem ao encontro de uma agricultura sustentável nos assentamentos rurais.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada para o desenvolvimento do trabalho baseou-se na proposta de uma pesquisa qualitativa. Elegendo-se como área de estudo o assentamento Alvorada, situado no município de Júlio de Castilho, com uma área total de 1.611 há, cortado pela BR-158 e pela via férrea.

A estratégia investigativa utilizada foi a da triangulação de dados, baseada nas propostas do MST descritas em seus textos e publicações; na realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas com informantes qualificados que atuam como agentes de desenvolvimento no assentamento (sejam dirigentes do MST ou técnicos da EMATER-RS) na tentativa de perceber como esses se relacionam com os assentados e com a proposta do Movimento; completando o tripé, analisou-se os sistemas de produção do assentamento Alvorada, através das práticas adotadas pelos assentados. Elegeu-se uma amostra estratificada de agricultores, segundo critérios da região de origem (antes de ser assentado) e por condição anterior (arrendatário, assalariado, meeiro, filho agricultor, filho assentado), por compreender-se que a trajetória anterior pode condicionar o modo de proceder do agricultor e a sua leitura particular da Agricultura Sustentável.

As regiões foram definidas a partir do macrozoneamento agroecológico e econômico do estado do Rio Grande do Sul. Os extratos menos significativos em quantidade foram desconsiderados. As regiões identificadas foram a do Planalto Médio, do Alto Vale do Uruguai e região da Campanha. As condições anteriores dos assentados mais encontradas e utilizadas na amostra foram as de arrendatário, parceiro, assalariado, filho de pequeno proprietário, filho de assentado. As entrevistas com a amostra de agricultores foram abertas semi-estruturadas, sendo definidos por sorteio aleatório dentro de cada extrato. A amostra constou de 50% de

cada extrato, sendo composta de trinta e um agricultores, onde houve presença de somente um agricultor por extrato, optou-se por também entrevistá-lo.

3. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Historicamente ocorre a luta entre oprimidos e opressores, mesmo com a resistência dos primeiros, ainda não foi possível significativa mudança nas relações de posse da terra. A estrutura fundiária brasileira inicialmente foi marcada pela divisão das terras em capitânicas hereditárias e, posteriormente, em sesmarias, onde eram doadas terras aos amigos da coroa. Smith (1990) salienta que sem haver uma lei que assumisse o lugar desta, no período de 1822 a 1850, teve-se um amplo processo de apossamento de terras, o que o autor considera ter caracterizado a formação do latifúndio no Brasil. Outro referencial é a Lei de Terras, a qual permitia o acesso a terra, apenas através do processo de compra e venda, lei esta que contribuiu para a formação do latifúndio no Brasil.

Tendo em vista a necessidade de se implantar o regime de trabalho baseado em mão-de-obra livre, a Lei de Terras caracterizou-se como um regulador da posse da terra. Evitava-se que os escravos libertos tivessem acesso a ela, o que poderia ocasionar escassez de mão-de-obra. A Lei garantiria igualmente a regulamentação e controle das terras para que os trabalhadores livres, imigrantes, que viessem para o Brasil substituindo o trabalho escravo. Não pode-se ignorar que o trabalho livre já existia no Brasil, antes da chegada dos imigrantes, seja por escravos já libertos ou por mestiços.

Os imigrantes vinham para trabalhar nas fazendas de café e, como lembra Martins (1996), acreditavam que após algum tempo trabalhando para os fazendeiros, viriam a ser proprietários, pois teoricamente podiam economizar dinheiro para isso. Martins (1996) destaca que o Governo com a justificativa de resolver o problema da alta dos preços de alimentos, principalmente nas cidades maiores, criou um programa de colonização oficial.

É neste contexto que ocorre o surgimento de sem-terras. Grzybowski (1991), ressalta a existência de lutas de trabalhadores no período pré-64, como Canudos

(Bahia) e Contestado (fronteira dos Estados de Santa Catarina e Paraná), as no Sudoeste do Paraná e em Trombras e Formoso (Goiás), também as Ligas Camponesas (Nordeste), das Associações de Lavradores e Sindicatos (Nordeste, Sudoeste e Goiás), do MASTER (Rio Grande do Sul).

Andrade (1987, p. 60) afirma que “Consciente do problema, o presidente Castelo Branco enviou ao Congresso, ..., um projeto de reforma agrária, moderado e estimulador do desenvolvimento capitalista.” Projeto que se transformou no Estatuto da Terra, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Com o apoio da CPT, das lideranças do sindicalismo combativo e de militantes, nos Estados do RS, SC, PR e SP, muitos trabalhadores sem terra organizaram-se e fizeram algumas ocupações de terra. Sendo a primeira registrada em 7 de setembro de 1979, na Fazenda Macali no RS. Esses acontecimentos segundo Fernandes (2000) fazem parte da gênese da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel/PR, em janeiro de 1984. Stédile (1997), salienta que o MST resgatou experiências dos movimentos camponeses que lutam pela terra, para aprender com sua trajetória.

Assim, tendo a clareza que a terra é um bem de todos e deve estar a serviço da sociedade, o MST organiza os agricultores para garantir seus direitos, através da luta pela terra e para permanência na atividade (MST, 1995).

3.1. A efetivação da proposta do MST no assentamento

Dando-se conta que somente a terra não é mais o suficiente para a reprodução dos agricultores e não atende as necessidades para a resolução do problema agrário, de acordo com Stédile (1997), a distribuição da terra para os que querem trabalhar, ainda é um objetivo central da proposta do MST, de importância fundamental. Entretanto, tem que considerar-se que o Movimento passou a lutar não apenas por terra, mas por um projeto de reforma agrária mais abrangente.

A reforma agrária para o MST não consiste em assentar um certo número de famílias, e sim, numa política maior, que garanta também a permanência do homem

no campo. Propõe toda uma mudança no sistema, de visão de sociedade, de relações entre os homens, de modo de ver a natureza, de igualdade.

Entende-se que o projeto hoje vem sendo desenvolvido é o assentamento de parte das famílias que se dispuseram a lutar e reivindicar um “pedaço de chão”, não há reforma agrária de fato. A política representada pelo Banco da Terra e pela Cédula da Terra, estimula e propicia a compra e venda da terra, uma espécie de reforma agrária de mercado, com o discurso de que assim se dará sua distribuição.

Neste contexto, tendo consciência de que só a terra não é suficiente, e que após a conquista da mesma, a luta deve continuar, por condições de permanência na mesma, com crédito, assistência técnica, seguro agrícola, educação, saúde, entre outros itens. O Movimento desenvolveu diferentes experiências e ainda continua construindo-as, na perspectiva de auxiliar na sobrevivência dos assentamentos e da qualidade de vida dos assentados.

Nesse sentido, Fernandes (2000, p. 222), salienta: “E para conquistarem seus direitos, dimensionaram a luta pela terra em luta por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna.”

O Movimento salienta que para chegar ao desenvolvimento rural pretendido, é necessário mudar o modelo de produção agropecuária do país. Por isso, o MST junto com seus setores afins, vem discutindo e buscando construir junto com teóricos e trabalhadores rurais, propostas alternativas ao atual modelo de desenvolvimento.

O desenvolvimento rural que o MST defende, segundo a CONCRAB (1993), é um processo de transformação global, garantindo qualidade de vida, através da participação organizada e consciente dos trabalhadores rurais, o que possibilitaria a resolução de seus problemas e caminharia para a transformação da sociedade.

Quanto a proposta do MST, os itens apresentados pelos assentados entrevistados, como centrais são: Organização; produzir para subsistência; não plantar transgênicos; não plantar soja; produzir sem uso de veneno e químico; produzir alimentos com qualidade; diversificar a produção; conservar o solo; contribuir com a luta; utilizar-se dos princípios da Agroecologia. No entanto, há os que afirmam não participar e não ter clareza da proposta do Movimento.

Acreditam que a proposta do MST é essencial, principalmente na parte onde refere-se a não utilização de agrotóxicos que acreditam ser fundamental não somente para eles como para qualquer pessoa e para a natureza. Todavia, admitem que falta começar, partir para experiências práticas, para que outros observem e também iniciem novas tentativas. Ainda expõem que é difícil o relacionamento entre as pessoas, com expectativas e costumes diferenciados. Apontam para a falta de assistência técnica e informação (conhecimento) para implementar a mesma.

Fatores importantes para que se concretize a proposta do MST, entre outros igualmente significantes, a cooperação e a assistência técnica são limitantes para o desenvolvimento rural esperado.

3.1.1. Discutindo a Cooperação

Para o MST⁴, a cooperação agrícola significa a introdução na agricultura da divisão social do trabalho, tendo influência nos assentamentos tanto em termos econômicos, como sociais e políticos. Dentre as diversas formas de cooperação que se desenvolvem nos assentamentos, há grupo de famílias; associações ou grupo de máquinas; grupo de produção semicoletiva; grupo de produção coletiva; cooperativa de comercialização ou prestação de serviços; cooperativa de produção agropecuária; e, outras formas como condomínios e cooperativa de crédito rural.⁵

Entende-se que a questão da cooperação envolve o resgate das relações pessoais, item trabalhado durante o acampamento, mas, com a “posse” da terra, o assentado tende a reproduzir sua antiga condição. Pois de acordo com que os próprios relatam, formas cooperativas são difíceis pelo relacionamento entre as pessoas com expectativas e costumes diferenciados. No entanto, há no assentamento pequenas parcelas de terra cultivadas em conjunto, principalmente na relação entre parentes.

A organização de associações e cooperativas, além de movimentar e modificar as relações do processo produtivo, pode contribuir para alterar a prática de

⁴ De acordo com o Caderno de Cooperação Agrícola n. 5 da CONCRAB.

⁵ Informações do Caderno de Formação n. 21 do MST-CONCRAB.

comercialização, ou ainda, resolver problemas colocados por eles como a falta de mão-de-obra e maquinários.

O processo de luta pela terra e as relações que se formam na constituição do assentamento podem proporcionar diversas formas de participação organizada. Entretanto, isso pode não se concretizar, pois a tendência também é a reprodução dos modos e costumes anteriores, de forma individual e com a mesma lógica de produção, retomando, mesmo que sem se dar conta, o processo de exclusão.

No assentamento Alvorada, contribuindo para a formação, estruturaram-se grupos ou núcleos de discussão, onde debatem a organização no assentamento, a produção, os projetos e recursos disponíveis, mas observa-se que nem todos participam.

3.1.2. Visão de Assistência Técnica

Para organizar a produção nos assentamentos há vários fatores limitantes, dentre estes fatores, a assistência técnica é considerada como um dos principais. O MST considera que o extensionista deve respeitar a realidade e o conhecimento do assentado. O trabalho do técnico deve partir deste ponto e ser comprometido com a transformação social, que é o principal objetivo do movimento, não restringindo sua ação a difusor de tecnologia, mas buscar um caráter de agente de desenvolvimento envolvido com toda a dinâmica do assentamento.

O MST considera que o atual padrão agrícola não é apropriado para o desenvolvimento dos assentamentos, pois não contempla fatores importantes no âmbito social, cultural, ambiental e econômico. Neste sentido, a atuação da extensão rural deve buscar um novo modelo tecnológico, que contemple as aspirações do movimento, isto quer dizer, voltar-se à agroecologia como a ciência que dará suporte para este novo modelo.

Fator limitante para os assentados e para o MST, a assistência técnica é considerada insuficiente para atender a demanda. O extinto projeto Lumiar foi uma tentativa de garantir tal assistência e que esta estivesse presente no assentamento. Para demonstrar suas aspirações a respeito da assistência técnica, alguns entrevistados se reportaram a tal projeto. O assentamento Alvorada, em termos de

assistência técnica para a produção, concretamente, dispõe das orientações e serviços da EMATER, empresa de assistência técnica e extensão rural oficial que garante prioritariamente a elaboração e execução de projetos.

Os assentados salientam que almejam uma assistência que seja mais presente no assentamento, com visitas periódicas, que convivesse mais com os assentados. Acreditam que se houvesse maior orientação, mais assentados adotariam práticas ecológicas.

A EMATER trabalha com o assentamento Alvorada desde sua fundação em 1997. Tem conhecimento das indicações da proposta do MST para os assentamentos, destacando o trabalho cooperativo e a prioridade para a linha agroecológica. A Emater afirma que o atendimento é feito principalmente por demanda dos assentados, quando procuram, mas os técnicos fazem visitas periódicas ao assentamento entrando em contato com algumas famílias, sendo o trabalho mais intensivo na elaboração e execução de projetos específicos.

O relacionamento da EMATER com os assentados é considerado bom, no entanto, há demandas que a Empresa não tem estrutura para atender de imediato. Admite-se que não há quadro suficiente para realizar assistência técnica efetiva a campo. Pode-se acrescentar que os recursos que são limitados, não atingindo a todos, causam certa tensão. Fator igualmente lembrado pelos assentados, quando apontando para a necessidade de mais profissionais.

Os assentados do Alvorada acreditam que estão implementando em parte a proposta do Movimento, pois conseguem atingir alguns dos itens, como produzir para comer, sem veneno, com adubo orgânico. No entanto, ainda plantam soja com o uso de agrotóxicos. Lembram que estão permanentemente discutindo em grupos. Outros admitem não estar implementando a mesma, pela falta de apoio, de investimento e desavenças internas que tem interferido.

Percebe-se que não basta mais para o Movimento que os assentamentos sejam produtivos, mas sim que se produza de uma forma diferenciada, a partir de diferentes princípios, os da agroecologia. Há que se salientar que o mercado ou o econômico não deve ser considerado como principal fator de mudança.

4. A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL COMO FATOR FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS

Entende-se que a luta não termina com a conquista da terra, ela é contínua com objetivo de garantir a permanência dos assentados no lote, com qualidade de vida. Neste sentido, o MST na sua proposta para os assentamentos traz a sustentabilidade e a agroecologia como indicadores para a construção de um novo modelo tecnológico na agricultura.

Inicialmente, tem-se que situar no contexto em que surgiram as discussões sobre a agricultura sustentável. Segundo Brum (1988), é somente a partir da década de 60, baseado no modelo norte-americano e europeu, com a chamada “Revolução Verde”, que se configura a agricultura capitalista no Brasil. Essa é caracterizada, principalmente, pela intensificação do uso de mecanização e também pela utilização de insumos como fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas, rações balanceadas, entre outros insumos.

A partir da década de 70, a agricultura brasileira se insere em um novo processo, quando ocorre o “milagre econômico”. O governo passa, então, a formular planos, criar leis, regulamentos e programas que viabilizariam a expansão e uso das novas técnicas, as quais buscavam a competitividade internacional. Foram criados novos programas como o crédito agrícola para compra de insumos agropecuários e, também, medidas, as quais tinham por objetivo manter a estrutura agrária baseada nos latifúndios e na produção patronal.

A modernização da agricultura não se caracteriza somente pelas transformações nas técnicas, mas também, na organização da produção, e essa diz respeito às relações sociais. Como consequência, tem-se a marginalização e a expropriação dos pequenos produtores, proprietários ou não, já que estes, não conseguem se inserir no processo imposto pelo modelo capitalista de produção e comercialização.

É importante destacar que a modernização da agricultura trouxe sérias consequências para a natureza, entre as principais destaca-se a perda da fertilidade do solo, ocasionado pela sua exploração intensiva, levando a diminuição na

produção. Essa realidade veio a reafirmar a necessidade do produtor rural investir na tecnificação da lavoura para garantir sua rentabilidade.

Assim, admitindo-se a insustentabilidade do modelo agrícola convencional, que promoveu a atual crise social e ambiental na agricultura, parte-se para uma nova perspectiva. Visando garantir a permanência do homem no campo, entra em discussão novas idéias e dentre as quais ganha força a sustentabilidade.

Foladori (1999) afirma que esses problemas podem ser reduzidos a três, sendo eles: a) degradação dos recursos, como é o caso do solo, dos seres vivos, da água subterrânea; b) poluição por causa de resíduos, como os dejetos radioativos, a poluição do ar, dos cursos d'água, mares e oceanos, e a poluição visual; c) a superpopulação e a pobreza. A que não está plenamente incorporada ao ciclo do capital.

No Relatório Brundtland, conhecido no Brasil como Nosso Futuro Comum, publicado em 1987 como texto preparatório à conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO-92), que há realce do termo Agricultura Sustentável. Almeida (1998, p. 42) faz algumas considerações sobre a definição de desenvolvimento sustentável que aparece no relatório Brundtland como sendo aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras.

O problema engloba as relações sociais, mas há ainda muitas contradições na conceituação de o que é e para quem é o desenvolvimento sustentável. Muitas correntes pendem entre os extremos social e ambiental.

Aristimunha (1997, p. 27) diz que:

O enfoque idealizado de desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, ensejando uma maior aproximação da economia com a ecologia, reveste-se de um atrativo, que aproxima interesses de diversas áreas da política, da ciência e de tecnologia, o que contribui para uma maior divulgação do relatório Brundtland.

Apesar das diferentes conceituações a cerca do que seria uma agricultura sustentável, Ehlers (1999, p. 103) descreve alguns itens incorporados às várias

definições: “manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao ambiente; retornos adequados aos produtores; otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda; atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.”

Engloba-se além da questão ambiental, aspectos sociais, referindo-se as necessidades de alimentos e renda das comunidades . Observa-se quão complexo é ter uma agricultura sustentável no atual sistema, onde há muitas contradições. Exige-se produção para consumo, com qualidade, em quantidade e com baixo custo para que todos tenham acesso.

Altieri (1998, p. 18) expõe o que para ele representa a agricultura sustentável:

A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidade.

Enfatiza-se assim, a importância do conhecimento do agroecossistema em que se está inserido, para que assim se possa respeitando suas características trabalhar a terra.

Não adianta ter-se uma agricultura orgânica monocultora com compra de insumos externos. Não se está alterando a lógica do sistema. Tem-se que considerar que o ponto é questionar o sistema atual, diminuir a dependência. Não simplesmente trocar insumos externos “químicos” por orgânicos. Não somente porque o mercado exige. O essencial é que o planeta estava em condições de perigo, por que se continuar tudo da forma como está vai comprometer a vida das gerações futuras.

O homem interage com o meio em que vive, sendo responsável pela organização de seu espaço. Contudo, nem sempre tem-se consciência dessa atuação. Assim, entende-se que é fundamental neste processo de construção de novas práticas, que haja um novo olhar, uma nova forma de ver essa relação do

homem com a natureza. Outro fator relevante é compreender os condicionantes que envolvem a tomada de decisão para que se inicie o processo de mudança, tanto de consciência como de práticas.

4.1. A relação do assentamento com a agroecologia

A agroecologia, o novo direcionamento do MST para a produção nos assentamentos, é conhecida enquanto proposta por alguns dos assentados. Os que possuem alguma clareza sobre a mesma, acreditam ser uma boa proposta, entretanto afirmam que há algumas dificuldades para aplicá-la. Vêem sua importância essencialmente pela questão da saúde. Mas, entre os limitantes indicados por eles, estão a falta de assistência técnica, de informação, de recursos, ainda apontam para o fato de exigir mais mão-de-obra e ser de difícil aplicação prática, pois a mesma envolve diversos fatores, vendo a propriedade de forma integrada.

No entanto, a colocação da necessidade de mais recursos, entra em contradição com o enfoque agroecológico, que segundo Altieri (2000) é uma proposta que se destina a agricultores com pouca disponibilidade de recursos, menor acesso aos insumos tecnológicos e pouca relação com o mercado.

Os assentados entrevistados demonstram vontade de mudar sua forma de produzir, com expectativas de dedicar-se mais a outras culturas, que não a cultura da soja, diminuir o uso de agrotóxicos, utilizando práticas ecológicas. Conseguir produzir de forma coletiva, diversificando mais a produção e indo de encontro a proposta do MST. Todavia, através dos dados coletados verificou-se que há uma diversificação da produção, os assentados dedicam-se as culturas como milho, feijão, arroz, mandioca, moranga e outras de alimentação básica.

Há que se destacar que a agroecologia de acordo com Gliessman (2000) não é uma prática, nem uma técnica, é uma forma de ver como funcionam os sistemas. A agroecologia trata de integrar cultivos, com associações, rotações, permitindo também maior produtividade/área.

Percebe-se a falta de uma formação contínua que possibilite a transposição da proposta do seu ideário para a prática dos assentados. Uma formação que desperte

nos agricultores o interesse por conhecer seu agroecossistema. Sendo fundamental para isso, uma convivência maior por parte dos técnicos com os assentados, com ações menos isoladas, pois só se consegue implementar a agroecologia com a interação do papel do técnico com o do agricultor.

O solo ponto importante do ecossistema do assentamento, de tipo arenoso, com baixo teor de matéria orgânica e de argila, altamente susceptível à erosão, possui uma fertilidade natural baixa, o que requer um maior cuidado em termos de manejo e conservação. A partir disso vê-se a necessidade de recuperação do solo, o que demanda recursos e área disponível, de acordo com o relato dos agricultores que vem trabalhando nesse sentido, estão aos poucos dedicando-se a pequenas porções de solo.

Tendo compreensão da necessidade de manter esse solo constantemente coberto, utilizam o sistema de plantio direto, no entanto, este é feito basicamente na cultura da soja. O sistema diminui significativamente os índices de erosão, possibilita que o solo seja minimamente revolvido e garante cobertura vegetal, que serve também para a alimentação do gado. Para cobertura verde utilizam essencialmente aveia e azevém, sendo o milheto também plantado por alguns agricultores no verão e há quem utilize feijão de porco, nabo forrageiro, crotalaria e guandu. Entretanto, há um ponto que consideram negativo no sistema, o uso de “secante” (herbicida).

Acrescentando aos cuidados com o solo, pode-se dizer que trabalham de forma integrada agricultura e pecuária. Utilizando-se principalmente do esterco bovino para a horta e culturas para eles de subsistência, o que chamam de “miudezas”, que são, entre outras, amendoim, batata, mandioca, melancia, melão, moranga, abóbora. Com exceção de algumas experiências recentes com esterqueiras, o adubo que vem da propriedade não recebe nenhum tratamento, apenas é acumulado e após levado para a lavoura.

A sustentabilidade em nível prático é complexa, envolvendo fatores também políticos e culturais. Entende-se que a transição é um processo e conforme destaca Costabeber (1999) é complexo e dar-se-á a médio e longo prazo. Pois há um modelo de agricultura que vem se consolidando há décadas, já internalizado nas práticas dos agricultores.

Apesar da diversidade regional da qual originaram e a condição anterior dos assentados não terem mostrado diferenças significativas nos dados coletados, talvez pelo processo de formação que se deu no acampamento e que ainda continua a acontecer no assentamento, não deve-se desconsiderar as diferenças culturais existentes entre eles, o que pode interferir na sua organização.

Baseando-se nos relatos de Cuche (1999, p.11), “A noção de cultura, compreendida em seu sentido vasto, que remete aos modos de vida e de pensamento, é hoje bastante aceita, apesar da existência de certas ambigüidades”, entende-se que todo o contexto em que viveram e vivem os assentados propiciam para a formação de sua cultura. A partir dos quais identifica-se certas contradições entre sua forma de ver e representar sua realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, após ter-se uma noção de como os agricultores assentados vêem sua realidade, pode-se fazer algumas referências a respeito do questionamento feito na problemática do por que da reprodução do modelo excludente. Os efeitos do processo de modernização conservadora da agricultura internalizado pelos agricultores, pode tê-los levado-os a insistir no modelo de produção que parece-lhes ser mais competitivo e rentável, mesmo este não sendo adequado à sua situação.

Percebe-se que não é um único fator condicionante para a organização da produção dos assentados do Alvorada, mas um conjunto de fatores internos e externos ao assentamento: formação, cooperação, questão estrutural, assistência técnica e o crédito são fatores considerados limitantes.

Constatou-se que o envolvimento dos assentados com alguns cursos técnicos, não tem capacitado-os para grandes transformações de sua realidade concreta. Mas reforça-se a idéia de que o agricultor tem que se tornar técnico de sua propriedade. O MST ao mesmo tempo que demonstra sua preocupação com a valorização do conhecimento do agricultor, joga uma grande responsabilidade para o trabalho dos técnicos. A valorização do saber do agricultor, deve permitir que ele sinta-se motivado a criar e experimentar. Parece que a iniciativa tem de partir deles, no que

tange a novas experiências e a transição para um novo modelo agrícola, deve se dar internamente.

Entende-se que é preciso trabalho de formação e conscientização dos agricultores, evoluindo a partir das análises das experiências na ecologização dos processos produtivos e sua relação com a reconversão dos sistemas tradicionais de produção, característicos de cada região ou referendados pela expectativa dos assentados ou agentes de desenvolvimento. Expectativa esta, em permanente interação com as políticas implementadas e com as propostas do MST.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In Almeida, J. & Navarro, Z. (org.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998 (Síntese Universitária, 54).

ANDRADE, Manuel Correia de. Abolição e reforma agrária. São Paulo: Ática, 1987.

ARISTIMUNHA, J. L. **Agricultura sustentável: potencialidades e limitantes da produção familiar (Uma verificação no Planalto Médio rio-grandense)**. Santa Maria – Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, 1997 (Dissertação de Mestrado).

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura - trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1988.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. Uma concepção de desenvolvimento rural. **Caderno de Cooperação Agrícola N. 1**. São Paulo: CONCRAB, 1993.

_____. Sistema cooperativas dos assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola N. 5**. 2. ed. São Paulo: CONCRAB, 1998.

COSTABEBER, José Antônio. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.). **Sustentabilidade e cidadania**: O papel da extensão rural. Porto Alegre: Emater/RS, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

FOLADORI, G. **Los límites del desarrollo sustentable**. Montevideo/Uruguai: Banda Oriental, 1999.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Programa de Reforma Agrária. Caderno de Formação N. 23.** São Paulo: Peres, 1995.

_____. Cooperativas de produção: questões práticas. **Caderno de Formação N.21.** 2. ed. São Paulo: MST-CONCRAB, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Macrozoneamento agroecológico e econômico do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: CORAG, 1994. 2v.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra & transição:** Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.